

**LEIA AINDA
NESTA EDIÇÃO****Assembléia dos
funcionários decide
índice de reajuste*****
Veja como foi a
participação da PUC
no Fórum Social**

RECEPÇÃO DOS CALOUROS

Entidades debatem reforma universitária e ensino no Brasil

A APROPUC, AFAPUC e os Centros Acadêmicos recepcionarão os calouros com dois debates sobre a Situação do Ensino no País: a Reforma Universitária e a PUC-SP. Os debates acontecem na quarta-feira, 16/2, às 9 e 19h30, no Tucarena.

O objetivo das associações diferencia-se das atividades normais de recepção aos calouros, pretendendo colocar os ingressantes diretamente em contato com os problemas que irão enfrentar na universidade, propondo uma integração do aluno ao movimento social e político que acontece dentro e fora da PUC.

Para isso o tema do debate, reforma universitária, torna-se de fundamental importância, uma vez que põe em evidência as con-

dições do sistema capitalista, que exclui a grande maioria da população do ensino superior.

Nesta edição, estamos publicando um Manifesto aos Calouros, discutindo as propostas do encontro e os temas sociais que certamente estarão no caminho dos novos universitários.

Programação geral

Durante toda a semana acontecerão também várias atividades organizadas pela comissão de recepção dos calouros. Logo na segunda-feira, nos três períodos, a Comissão e grupos performáticos realizarão uma acolhida aos ingressantes, encaminhando-as às suas unidades, onde programações específicas apresentarão cada uma das faculdades aos calouros.

Na terça-feira, continuarão ocorrendo atividades de integração como dança de salão, capoeira, ioga e apresentação de bandas da PUC. Na quarta-feira, além dos debates promovidos pelas associações, continuam as atividades de integração com dança de salão no período da tarde. Na quinta-feira, pela manhã e noite é a vez das atividades esportivas, lúdicas e recreativas, e durante todo o dia estará acontecendo uma mostra de trabalhos de iniciação científica dos alunos da PUC. Durante todos os dias da semana haverá também eventos específicos de cada unidade, como palestras e aulas inaugurais. A programação completa pode ser encontrada no endereço eletrônico www.pucsp.br.

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

4.ª feira - 23/2 - 18h - sala a confirmar

13.º Salário

Atrasos

Campanha Salarial

Professor, participe! Sua presença é fundamental para a tomada de decisões!

A armadilha da direita

Doce ilusão imaginar que o povo brasileiro – assim como o de toda a América Latina – vai conseguir superar as desigualdades, acabar com a miséria, construir uma verdadeira democracia – na escola, no trabalho e na participação social e política – sem derrotar o sistema político-econômico hegemônico e responsável pela situação atual.

O capitalismo não apenas determina as relações comerciais na sociedade, controla os bens de produção, estabelece o que deve ser produzido, define os preços e proporciona a concentração dos lucros – da renda e da riqueza – nas mãos de uma minoria; mas também, garante que a sua doutrina política, liberal ou neoliberal, domine a disputa do senso comum da sociedade.

No momento em que forças políticas constituídas no campo da esquerda, com respaldo social popular, caminham para uma adesão ao ideário das classes dominantes, sem mais oferecer qualquer ameaça de resistência ou risco de ruptura, é evidente a euforia nas forças de direita – defensoras do capitalismo, do neoliberalismo e de toda a estrutura tradicional de opressão e exploração do povo.

Por isso, tanto o empresariado da FIESP quanto o coronelismo nordestino ou as velhas oligarquias incrustadas nos pequenos municípios, comemoram a capitulação desses setores da esquerda; confraternizam com eles a segurança dos mercados, a manutenção dos contratos (inclusive com o FMI), a liberdade para os capitais (até do narcotráfico) e toda a parafernália jurídica e financeira que garante a concentração dos bens e da riqueza produzida.

O primeiro passo para se evitar o canto da sereia da direita é justamente entrar na disputa ideológica da sociedade, é construir com os cidadãos e cidadãs as ferramentas necessárias para a reflexão e a criação de contrapontos ao pensamento massificante do neoliberalismo. A imprensa burguesa e os meios de comunicação em geral costumam disseminar o pensamento e o modo de vida dominante, especialmente para aplacar qualquer ação ou reação popular.

A propaganda da direita é aquela que prega o conformismo, a visão de que “a vida é assim mesmo”, “as coisas são difíceis de mudar”, “sempre foi assim no Brasil”, “o povo é bom e pacífico”, “o povo não gosta de trabalhar”, “cada um deve ficar no seu lugar”, “não há solução para a pobreza”, “o Brasil já vive uma democracia” e muitas coisas semelhantes.

O pensamento de direita não leva em consideração a história da humanidade e o processo permanente de transformação no qual os homens e as mulheres foram e são os agentes da mudança. O pensamento de direita considera o capitalismo o último sistema da história, o fim da história, mas nós sabemos que os povos superaram outros sistemas e continuam querendo construir um mundo melhor, mais justo e mais igualitário. A direita quer perpetuar o capitalismo e a esquerda quer superar o capitalismo.

Cada um escolhe o seu caminho.

*Hamilton Octavio de Souza,
Diretor da Apropuc.*

Consun aprova pacote emergencial de medidas

O Conselho Universitário (Consun), reunido em caráter extraordinário no dia 2/2, votou uma série de medidas emergenciais para superar a crise da universidade. As ações foram elaboradas por uma comissão criada em dezembro do ano passado.

O documento apresentado pela Reitoria revelou alguns dados sobre a situação da PUC: só no ano passado, o endividamento cresceu mais de 50% (de cerca de R\$ 36 milhões em janeiro para perto de R\$ 55 milhões em dezembro). Além disso, são necessários R\$ 8 milhões para saldar os 80% restantes do 13.º salário dos professores. A mensalidade básica da PUC custa atualmente R\$ 980.

Uma medida aprovada por unanimidade, mas que já vem causando problemas, foi a aplicação rigorosa da deliberação 65/78, que rege o contrato dos professores, corrigindo-se distorções. Reunida com chefias de departamentos, dias depois, a vice-reitoria acadêmica alertou que os contratos de trabalho dos professores deveriam ser calculados pelos valores mais altos da deliberação 65/78, o que contrariava a própria deliberação do Consun. O *PUCviva* apurou que, em alguns departamentos, já existem casos de professores que tiveram seus contratos unilateralmente cortados, exatamente da mesma forma que ocorreu na gestão do professor Antonio Carlos Ronca.

Entre as medidas sugeridas ao Consun, estava a “doação de quinquênios” – uma retenção do Adicional por Tempo de Serviço que professores e funcionários recebem a cada cinco anos. A con-

selheira Madalena Peixoto lembrou que tal ação não poderia ser aplicada, por ser na verdade a suspensão de um direito trabalhista estabelecido pela legislação. O Consun não votou o item.

Outras medidas aprovadas foram a suspensão de novas contratações (na verdade, vigente desde 2002, por uma deliberação adotada na gestão Ronca); vestibular semestral; revisão das horas de professores em disponibilidade; suspensão por seis meses de todos os concursos de docentes e promoções de funcionários e professores, sem prejuízo daquelas que estejam em andamento; redução de 30% na verba de representação, também por um semestre (economia mensal de R\$ 65.400); credenciamento da PUC no Ensino à Distância; e pedidos de doação de R\$ 100 aos ex-alunos pelo telefone.

R\$ 500 mil adiantados

Questionada sobre a utilização do Colégio Luiza de Marillac, a Reitoria esclareceu que o chamado “câmpus Santana” vai receber cinco cursos já neste semestre: graduação e MBA em Administração, especialização em Língua Portuguesa e Ensino Religioso, e Aperfeiçoamento em Relações Internacionais. Em troca do uso do espaço por cinco anos, a PUC vai adiantar R\$ 500 mil para a administração do colégio, de propriedade da Igreja Católica, em cinco parcelas mensais. O dinheiro será usado para quitar uma dívida trabalhista decorrente do fechamento de outro colégio da Igreja.



PUCviva é uma publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Coordenação: Valdir Mengardo. **Sub-editor:** Leandro Divera.

Reportagem: Ébano Piacentini. **Edição de arte, projeto gráfico e editoração eletrônica:** Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães. **Colaboraram nesta edição:**

Marta Bispo da Cruz, Priscilla Cornalbas, Luiz Carlos de Campos, Erson Martins de Oliveira, Hamilton Octavio de Souza, Anselmo Antonio da Silva, Maria Helena G. S. Borges. **Telefones da Apropuc:** 3670-8209 e 3872-2685. **Correio Eletrônico:** apropuc@sanel.com.br. **Telefone da Afapuc:** 3670-8208. **Endereço do PUCviva:** Rua Cardoso de Almeida, 990 - Sala CA 02 - Corredor da Cardoso - São Paulo - SP. **Fone:** 3670-8004. **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCviva na Internet:** www.apropucsp.org.br.

Manifesto aos calouros

Vocês vão notar que ainda predominam, na PUC, o trote, marketing, festividades e palestras de exaltação da universidade como recepção aos calouros. Nosso objetivo é bem diferente. Queremos que vocês iniciem os estudos colocando-se diante de problemas que há muito enfrentamos.

Provavelmente, a experiência com nosso sistema de ensino desvinculado da realidade e marcado pelo conservadorismo, quando não pelo obscurantismo, tenha despertado em vocês a necessidade de uma visão crítica. Essa vivência trazida para a universidade reforçará nosso movimento por uma universidade contrária ao servilismo, ao individualismo, à passividade, à concorrência e ao autoritarismo.

O primeiro passo é integrar-se ao movimento social e político na universidade e fora dela, que se contrapõe a toda forma de opressão que caracteriza a sociedade de classe, capitalista. Os estudos não estão isentos do “conhecimento” e da ideologia voltados a reproduzir e perpetuar a exploração e o domínio de classe.

A universidade não é neutra diante da situação em que a maioria dos jovens está impedida do acesso ao ensino superior; mais ainda, impedida de alcançar o grau médio.

Por que milhões e milhões são excluídos do ensino assim que terminam o nível fundamental? Por que não querem estudar? Absolutamente, não. Não é porque não querem estudar, mas porque são filhos de trabalhadores submetidos a um salário de fome, ao subemprego e ao desemprego. Basta ver que a maior parte da juventude pronta para ingressar no ensino médio está obrigada a se sujeitar a uma jornada de trabalho estafante e a um salário que mal dá para comer. Pior ainda, uma multidão permanece desempregada, sem condições materiais para prosseguir os estudos e desmotivada. Para agravar, uma boa parcela não encontra vagas nas escolas públicas, que têm suportado medidas de corte de recursos estatais e fechamento de salas de aula, principalmente, no curso noturno.

Não nos é possível mostrar a fundo aqui as raízes desse fenômeno social. Mas é preciso dizer claramente que é fruto da exploração do trabalho, da acumulação de capital e de alta concentração de riqueza nas mãos de uma minoria e ampla miséria para a maioria. A universidade se assenta sobre essa realidade. Nossa luta é para evidenciá-la. O conhecimento e o ensino que aqui ocorrem, salvo exceções, como vocês poderão comprovar, se fazem de costas para tais contradições e agem conservadora-mente para que não se lute por transformações.

Vocês que acabaram de passar pelo vestibular, e

como também nós que já estamos na universidade, constituem a ultra-minoria em um universo de milhões de jovens deixados para trás. O vestibular não é uma necessidade educacional. É um filtro econômico, com aparência de seleção dos melhores. Somente esse fato demonstra que a escola que temos é de classe.

A escola de classe pode ser pública ou privada, prevalecendo a universidade empresarial. Somos incentivados a encarar o conhecimento como uma mercadoria. A elevada privatização do ensino superior reflete a mercantilização. Vivemos a expansão do mercantilismo educacional. Basta ver a Reforma da educação do governo Lula, cuja principal medida é a de compra de vagas nas escolas privadas (ProUni), em nome da inclusão dos estudantes pobres. Tal reforma não corresponde às necessidades sociais, mas sim às determinações do imperialismo (FMI/Bird).

Na PUC, considerada sem fins lucrativos – filantrópica – as altas mensalidades a tornam elitista e uma parte dos que nela ingressam logo se torna inadimplente. Mesmo assim, a universidade atravessa uma antiga crise financeira, que atinge os salários, as condições de trabalho e leva a medidas anti-educacionais. Pior ainda é a grande maioria da universidade privada, em que seus donos se preocupam exclusivamente com o lucro. A propriedade privada e os negócios se sobrepõem às relações de trabalho e ensino.

Nós nos debatemos com esse conjunto de problemas, que tende a se agravar. Mas cada vez que uma nova geração chega à universidade, fortalece a convicção de que podemos enfrentar tais obstáculos a uma educação científica e emancipadora, por meio da elevação da consciência e da luta coletiva.

Chamamos os calouros a participarem do movimento pelo fim da mercantilização do ensino, rejeição da reforma educacional privatista do governo e pela defesa de um sistema único de ensino estatal, público, gratuito, científico e vinculado à produção social. Chamamos os calouros a combaterem conosco a visão individualista e concorrencial sobre o ensino administrado na escola de classe. Chamamos todos vocês a defenderem o direito ao estudo dos milhões de jovens que se encontram fora da escola e submetidos a todo tipo de opressão capitalista. Não aceitamos justificativa alguma para o esmagamento da potencialidades de gerações quase inteiras de brasileiros!

Comissão organizadora do debate

*A Situação do Ensino no País: a Reforma
Universitária e a PUC-SP*

PUC comparece em peso no Fórum Social Mundial

Como já havia ocorrido em 2003, no terceiro Fórum Social Mundial, a universidade levou cerca de duas centenas de puquiianos para apresentar propostas, debater idéias, combinar ações conjuntas e dar o retorno à PUC das principais lutas em pauta no Brasil e no mundo.

Estudantes e professores atuaram em diversas frentes, com destaque para as atividades sobre Educação, Reforma do Ensino Superior, movimento estudantil e de professores e Democratização da Comunicação. Todos os CAs da universidade levaram representantes, e a APROPUC distribuiu em diversas atividades um manifesto intitulado “Unidade na Ação pelo Ensino Público e Gratuito” (*PUCvivan*, nº 515).

OCA de Letras, com ajuda financeira da APROPUC, levou a Porto Alegre cerca de 20 estudantes sem condições de pagar sua ida ao Fórum. Os estudantes de Letras e outros cursos da PUC participaram de diversas discussões, ajudando a aprovar um calendário de lutas para o ano.

Rogério Perito, do CA Leão XIII, avalia que os estudantes da PUC não tinham uma agenda comum em Porto Alegre, o que, para ele, “reflete o caráter genérico e fragmentado do Fórum, que deveria ter uma proposta de ação unificada em questões urgentes”.

Já Marcelo Tomassini, da gestão do CA de Ciências Sociais, pondera que “o Fórum é o espaço onde a esquerda está se reorganizando”, o que, para ele é fundamental para combater as reformas na pauta do governo este ano.

Encontros nacionais de estudantes de História, Geografia e Ciências Sociais mobilizaram vários grupos de alunos da PUC, que também compareceram a encontros de partidos de esquerda. OCA de Psicologia, ativo na Luta Antimanicomial no Brasil, participou do Congresso Nacional de Entidades de Psicologia, que discutiu o tema.

Já os alunos de Jornalismo fizeram a cobertura dos debates de Comunicação para o jornal-laboratório Contraponto, que deve ser distribuído na PUC em março.



MARTA ZENBAZZI

Alunos da PUC participaram de um encontro nacional sobre a Reforma Universitária e os rumos do movimento estudantil, em 28/1

APROPUC marca sua posição com manifesto

Três diretores da APROPUC, Beatriz Abramides, Hamilton Octavio de Souza, e Victória Weichtordt, levaram ao FSM um manifesto que, segundo Hamilton, traduz sem meias palavras a posição da entidade, na defesa da Educação do “sistema único, gratuito, científico, controlado por quem nele estuda e trabalha”. Bia Abramides relatou que, além de brasileiros, integrantes de movimentos da Argentina, Chile e México procuraram a entidade, por entenderem que a discussão levantada no manifesto reflete o rumo correto das lutas contra as políticas do Governo Lula, especialmente na área da Educação.

A professora Bia informou ainda que a APROPUC também participou de um encontro preparatório, antes do FSM, com entidades como a Andes, onde relatou-se os debates, atos e lutas travadas no semestre anterior na PUC.

O manifesto da APROPUC tam-

bém foi distribuído na Plenária do Fórum Nacional de Defesa da Escola Pública, em 27/1, na própria Marcha de abertura do FSM – quando, mais de 200 mil pessoas marcharam pela dignidade dos povos oprimidos do mundo – e no ato político-cultural de comemoração de dois anos do jornal *Brasil de Fato*, entre outros encontros.

O professor Hamilton avalia que após o FSM é importante aprofundar e expandir o debate sobre a Reforma Universitária. Ele argumenta que “é preciso defender o que é avanço, como a participação da sociedade em conselhos de universidades privadas, e denunciar e combater muitos pontos, como o fato de o projeto do governo não aumentar expressivamente a verba para a educação pública”. Segundo o professor, “esta é a única forma de reverter o processo de expansão do ensino superior privado, que já representa mais de 70% das vagas em universidades brasileiras”.

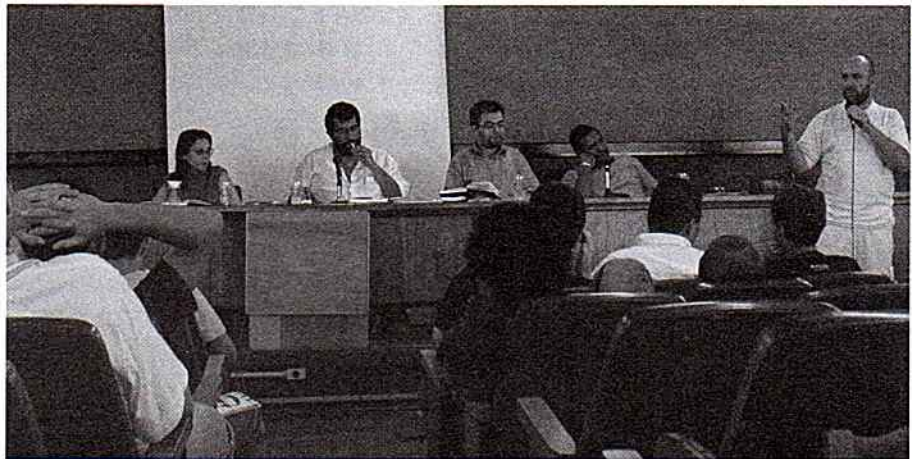
Funcionários aprovam índice de reajuste e criticam medidas do Consun

Na assembléia realizada no dia 3/2, os funcionários administrativos aprovaram o Índice do Custo de Vida do Dieese como indexador de seus salários para o próximo acordo salarial da categoria, que começa a vigorar em 01/3/2005. Historicamente o ICV-Dieese tem servido de indexador para o cálculo dos salários de professores e funcionários. Este ano, sem contar os meses de janeiro e fevereiro, o índice alcançava cerca de 6,33%.

A diretoria da AFAPUC informou na assembléia que a patronal está apresentando uma cesta de índices cujos valores aproximam-se do ICV. Quanto ao acordo interno os funcionários, entendem que o atual vale, no mínimo, até março de 2006 e acrescentam que, no último dissídio, o Tribunal Regional do Trabalho determinou que as conquistas até agora alcançadas fossem incorporadas aos direitos dos funcionários. Uma nova assembléia será convocada nos próximos dias para discutir a provável resposta da Reitoria.

Medidas emergenciais

A assembléia da AFAPUC discutiu também as medidas aprovadas no último Consun referentes à crise da PUC. Os funcionários mostraram-se preocupados com as decisões adotadas e, principalmente, com as ameaças de corte que pairaram nas reuniões da comissão. Uma das medidas sugeridas pela comissão (recusada pelo Consun) foi o corte temporário dos adicionais por tempo de serviço, os chamados quinquênios, além de ameaças a bolsas-dissídio e outras conquistas históricas de professores e



ALCÍOIA PERES

Funcionários discutem os próximos passos da campanha salarial

funcionários (sobre este assunto leia matéria nesta edição).

Uma votação polêmica no Consun envolveu o corte das verbas de representação em 30%. Nesta votação os funcionários abstiveram-se, pois são frontalmente contra a manutenção das verbas de representação, em qualquer quantia, tanto para professores como para funcionários.

Para Anselmo Antonio da Silva, presidente da AFAPUC, “as medidas aprovadas pelo Consun, mais uma vez, pretendem descarregar sobre os ombros dos trabalhadores a crise da universidade”. Diretores da entidade que participaram da reunião que discutiu as medidas emergenciais para a universidade, relataram que nas projeções iniciais do fluxo de caixa da PUC não constavam valores referentes a reajustes salariais para os trabalhadores da casa.

A assembléia decidiu também fazer um documento questionando as decisões do Conselho Universitário.

A diretoria da entidade relatou que, até poucos instantes antes do início da assembléia, não havia certeza de que os salários dos funcionários seriam pagos na sua totalidade. Poucos minutos antes do início

da reunião a AFAPUC foi informada de que os vencimentos dos funcionários seriam creditados normalmente no dia 4/2.

Outras preocupações da diretoria, transmitidas aos funcionários, dizem respeito à situação do Centro de Processamento de Dados, CPD, onde a direção foi substituída pela Reitoria e a continuidade dos funcionários no setor estaria condicionada à aprovação de currículo. A AFAPUC irá solicitar esclarecimentos sobre as mudanças à direção da universidade.

Reunião com a Reitoria

Na sexta-feira, 4/2, a vice-reitoria administrativa reuniu-se na sala 333, com os funcionários administrativos, para discutir a situação da universidade e as medidas que estavam sendo adotadas pela direção da PUC. A equipe relatou uma situação semelhante àquela apresentada no início de sua gestão, em dezembro/2004. A AFAPUC, presente ao debate, questionou várias ações encetadas pela atual Reitoria, como as mudanças no CPD e a utilização do Colégio Marillac.

À Magnífica Reitora da PUC-SP

Prof^a Dr^a Maura Pardini Bicudo Vêras

*C/C Vice-Reitora Acadêmica
Ouvvidoria da Universidade
Jornal PUCViva*

Sergio Vasconcelos Luna

Durante sua campanha, foi enfatizado, com justiça, seu tempo de dedicação à PUC-SP, exercendo diferentes funções. Como é do seu conhecimento, isto vale também para mim. Ambos contribuímos para o desenvolvimento desta universidade e ambos merecemos e exigimos o respeito que conquistamos.

A razão desta manifestação é denunciar o que considero um desrespeito a mim e ao processo democrático que ajudamos a construir para esta instituição.

Antecedentes

No dia seguinte ao da posse da sua gestão, encaminhei documento à Vice-Reitora Acadêmica – a quem o setor pelo qual respondia estava subordinado, por força de Resolução 04/88, da Reitoria, que criou o Laboratório de Informática para Apoio à Pesquisa – colocando o cargo à disposição e informando que eu permaneceria em atividade até que fosse conveniente a ela discutir o futuro do setor.

Em início de dezembro, fui convocado para uma reunião em que a VRAC anunciou sua equipe, as áreas de atuação de cada assessora, e informou que setores estariam contribuindo para essa atuação. O LIAP estava presente na relação de praticamente todas as assessoras, mas eu interpretei este fato como uma decisão de

manter o setor, não necessariamente a mim, já que o cargo é (era) de confiança.

Pouco antes do Natal, propus à VRAC que minhas férias fossem gozadas em janeiro (e não em fevereiro), justamente para evitar estar fora durante o período que antecedia o início das aulas. Resalto que o fato de estar em férias não impediu que eu fosse contatado pelos meus (então) funcionários e pela secretaria da VRAC, por telefone ou correio eletrônico.

A intervenção

Em meados de janeiro, diretores de faculdade foram convocados para uma reunião onde seria discutida a re-estruturação dos laboratórios de informática. Ainda que diretores sejam interlocutores legítimos para a discussão da questão, este evento constituiu, para mim, um primeiro momento de estranheza, já que parte dos laboratórios estava subordinada a mim e eu sequer tinha sido comunicado sobre qualquer proposta nessa direção.

Logo a seguir, descubro que minha sala havia sido aberta e que a equipe que assumiu a área de informática a estava usando para entrevistas com funcionários. O fato de ela conter todos os documentos institucionais e material pessoal parece não ter incomodado os autores do que considero uma invasão!

Simultaneamente, alguns fun-

cionários começaram a me ligar solicitando instruções sobre como proceder, já que, estando sob minha chefia, haviam sido solicitados a prepararem-se para uma reunião com um membro da equipe de informática.

Por fim, ao final de janeiro, a VRAC comunica-me verbalmente que o LIAP estava extinto e que os laboratórios estariam sob responsabilidade de um dos membros da equipe de informática.

Não lhe encaminho este documento com a preocupação de questionar ou discutir o mérito da decisão assumida, sobretudo porque é legítimo para qualquer gestão, e esperado dela, rever e inovar caminhos, assim como caberá à comunidade universitária avaliar os rumos tomados e manifestar-se a respeito deles. Na posição de professor titular desta universidade, desde 1988, estarei, como sempre estive, participando dos debates institucionais. Com este documento pretendo, sim, expressar a perplexidade com o que considero um desrespeito profissional.

Tendo em vista o exposto, espero uma explicação das razões que justificam o que considero uma truculenta intervenção, se é que há razões para tal ação.

Sergio Vasconcelos Luna é professor titular do Depto. de Métodos e Técnicas da Faculdade de Psicologia

Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível: máximo de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Movimento dos Cursinhos Populares: a luta diária!

O Movimento dos Cursinhos Populares sente a necessidade de vir a público expor seus objetivos, métodos de luta e um histórico da batalha travada na PUC-SP. O movimento é composto por diversos cursinhos (inclusive o Cursinho dos Alunos da PUC), por estudantes desta e de outras universidades, integrantes de outros movimentos sociais e demais pessoas que se identificaram com a luta.

Muitos alunos de nossos cursinhos prestaram vestibular para universidades públicas e não foram aprovados. Alguns se inscreveram na PUC e foram aprovados, mas não têm como pagar a taxa de matrícula. Até agora a isenção da taxa de matrícula só se realizava em caráter de exceção, diante da humilhação do aluno e sob o juramento de sigilo. A partir disso, decidimos lutar pela isenção da matrícula, organizados no Movimento dos Cursinhos Populares.

A princípio, recorremos aos meios disponíveis na PUC para reivindicar a isenção. Participamos de três reuniões abertas com a Reitoria, para as quais não fomos convidados, mesmo entregando nossa pauta com antecedência. Na última reunião aberta, estavam presentes os vice-reitores administrativo e comunitário, que nem ao menos sabiam de nossa presença nas reuniões anteriores.

Por não obtermos resposta até o dia 5/1/05, quando saiu a primeira lista, decidimos pela manifestação. No dia 6/1, na primeira chamada do vestibular, cerca de 60 estudantes subiram as rampas da PUC acorrentados, pedindo a isenção. Representantes da Reitoria se propuseram a negociar com o Movimento e, em uma assembléia, tiramos uma comissão para ouvir qual era a proposta. Na reunião, houve a negação da isenção de matrícula e a proposta de formação de um Grupo de Trabalho para discutir bolsa de estudos. **O Movimento afirmou que, sem a isenção**

da taxa de matrícula, a luta e as manifestações continuariam. No dia seguinte, muitos alunos foram obrigados a matricularem-se em um parcelamento em 3 vezes para não perder a vaga, tendo que pedir dinheiro emprestado para pagar a prestação, já que muitos não tinham dinheiro.

Na segunda chamada, a luta continuou, e a Reitoria passou a incitar a desmobilização com ameaças e difamação do Movimento. No dia 13/1, às 21h, em reunião fechada, a Reitoria tentou forçar a desvinculação do Centro Acadêmico de Ciências Sociais do Movimento, exigiu que os manifestantes desocupassem o CA e jogassem fora as correntes usadas durante a manifestação, e entregou uma carta cobrando uma posição do Centro Acadêmico.

Denunciamos a atitude coercitiva da Reitoria em uma manifestação, mas a repressão não findou. Para impedir nossa passagem pela rampa, uma verdadeira muralha humana foi montada, com cerca de 20 homens do corpo de segurança da universidade. Alguns alunos do Curso de Verão se solidarizaram com a luta. As falas ao microfone denunciaram essa atitude autoritária de negar o direito à manifestação. A Reitoria impediu inclusive que alunos do Curso de Verão se integrassem ao movimento, com a ameaça de perda da sede do curso. **O vice-reitor comunitário, João Décio Passos, chegou a agredir verbalmente a aluna Vitória Vassoler, formada pela PUC e integrante do Educafro, chamando-a de indecente, com o dedo hasteado em sua face.**

Na negociação do dia 14/1, a Reitoria novamente se negou a conceder a isenção. Os representantes que articularam a reunião, depois de conversa com o Sr. João Décio, mantiveram o mesmo parcelamento da 1.ª chamada. Tal demora das negociações ocasionou a perda do prazo para

efetivação da matrícula. Frente a essa situação de comprovado desrespeito, conseguimos, depois de muita luta, que a matrícula fosse feita na segunda-feira 17/01/05.

O fato é que, nessa negociação, fomos enganados pela Reitoria. Os alunos tiveram que entrar com recurso para matrícula fora de prazo. Com a matrícula sendo efetivada sob recurso, João Décio e Silvana Tótora puderam conversar em particular com cada um dos estudantes e, covardemente, coagi-los a deixar o Movimento. João Décio disse que o desempenho acadêmico destes alunos será acompanhado de perto. Coagiram-nos a assinar um documento condicionando a efetivação plena da matrícula ao pagamento das duas parcelas restantes. Verbalmente, condicionaram a concessão de bolsas à não-atuação do aluno no Movimento dos Cursinhos Populares ou mesmo no C.A..

Devido a esses acontecimentos, chamamos as entidades dessa universidade (centros acadêmicos, Apropuc, Afapuc e demais estudantes) a apoiar a luta pelo acesso e permanência dos estudantes de baixa renda na universidade e pela liberdade de expressão e livre manifestação dos movimentos sociais dentro da PUC.

Na luta pelo direito ao ensino superior a todos, e não só para uma camada privilegiada. Pela universidade pública e gratuita para todos. Pela periferia na academia!

Nossos contatos: 3670-8340.
E-mail: movimentodoscursinhospopulares@yahoo.com.br.

Movimento dos Cursinhos Populares



Os artigos publicados nesta seção são de responsabilidade exclusiva de seus autores. Espaço disponível de 30 linhas, ou 2300 caracteres em fonte 12.

Rola na rampa

Estudantes ocupam prédio da Fuvest

O prédio da Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest), na Cidade Universitária, foi ocupado por manifestantes durante duas horas na quinta-feira, 10/2. Participaram do ato estudantes universitários, do Ensino Médio e de cursinhos populares, além de diversos militantes políticos. O protesto, do qual participaram também estudantes da PUC, era contra a existência do vestibular, classificado como o "imenso funil" que impede o acesso de grande parte da sociedade brasileira à universidade. Durante a ocupação, um dos manifestantes foi preso. A Associação dos Docentes da USP auxiliou na negociação com a polícia e a direção da insti-

tução. O prédio foi desocupado depois da garantia de que o militante detido seria solto, e o protesto continuou com uma marcha em direção à reitoria da USP. O manifesto divulgado pelo grupo defende a ampliação das vagas no ensino público e critica a reforma universitária do governo federal, acusando o projeto de tratar a educação como mercadoria ao trocar isenções fiscais por vagas nas instituições privadas. A Fuvest já havia sido ocupada por estudantes em setembro de 2003, quando reivindicava-se a isenção da taxa de inscrição no vestibular (R\$ 75) para todos os 57 mil inscritos. Na época, 20 mil receberam a isenção.

Funcionários deixam comissão do restaurante

A comissão que vem dando as diretrizes para a nova praça de alimentação da PUC não conta mais com a representação dos funcionários. O representante Luís Cláudio Amaral, da Contabilidade, deixou o grupo por aparecer constantemente como voz isolada dentro das discussões. Entre as orientações estudadas pelo restante da comissão, estão estabelecer o preço das refeições através de uma média dos preços da rede; o fim dos 25 tickets mensais sorteados pela AFAPUC en-

tre os funcionários e o fim da bolsa-alimentação dos estudantes. Mesmo assim, os funcionários já informaram que continuarão acompanhando o assunto. O Conselho dos Centros Acadêmicos já havia protestado contra a mesma comissão em janeiro, questionando o fato de os estudantes serem representados apenas pelo aluno Thiago Louro, do Direito, que foi indicado pela Reitoria. O CCA reivindica o reconhecimento da autonomia dos estudantes de escolher sua própria representação.

Marcado fórum sobre avaliação da PUC

O plano de ação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da PUC foi discutido na reunião do Conselho de Ensino e Pesquisa (Cepe) de 1.º/2. Para aprofundar o debate, e ajudar a definir o sistema de trabalho da comissão, foi agendado um fórum para 24/2. A CPA é uma exigência legal do Ministério da Educação para todas as universidades. O projeto da reforma universitária também foi assunto na reunião. O texto do governo federal foi encaminhado às faculdades para análise. Di-

retores e vice-coordenadores tiveram até 11/2 para fazer suas sugestões. A Reitoria deve encaminhar as ressalvas ao Congresso Nacional ainda nesta semana. Os representantes da direção da universidade também falaram sobre alguns aspectos das medidas emergenciais votadas no dia seguinte no Conselho Universitário. Uma delas era a criação de 150 do curso de Administração no Colégio Luiza de Marillac, batizado de "câmpus Santana" (leia matéria nesta edição).

Eleição na AFAPUC ocorre em março

Já começou o processo eleitoral que vai escolher a diretoria e o conselho fiscal da AFAPUC para o biênio 2005/2007. As inscrições de chapas podem ser feitas até a próxima segunda-feira, 21/2, no Protocolo Central, através do formulário disponibilizado pela comissão. A votação ocorre nos dias 21 e 22 de março. A comissão eleitoral conta com os funcionários Eduardo Viveiros, da pós-graduação, e Douglas da Silva Miotto, da Contabilidade.

Confira a agenda dos conselhos

O Conselho de Ensino e Pesquisa tem reunião ordinária marcada para esta quarta-feira, 16/2, às 14h30, na sala P-65. Entre outros itens, será discutido o destino das verbas do Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) da universidade. O Conselho Comunitário (Cecom) agendou sua reunião para a próxima terça-feira, 22/2, às 14h, também na P-65.